

Emigração forçada

KARL MARX*

Londres, 4 de março de 1853.

O Escritório de Emigração Colonial forneceu as informações acerca da emigração procedente da Inglaterra, Escócia e Irlanda para diferentes partes do mundo, no período de 1 de janeiro de 1847 a 30 de janeiro de 1852. São elas:

Tabela 1

Ano	Ingleses	Escoceses	Irlandeses	Total
1847	34,685	8,616	214,969	258,270
1848	58,865	11,505	177,719	248,089
1849	73,613	17,127	208,758	299,498
1850	57,843	15,154	207,852	280,849
1851	69,557	18,646	247,763	335,966
1852 (até junho)	40,767	11,562	143,375	195,704
Total	335,330	82,610	1,200,436	1,618,376

* Fonte: *Marx Engels On Britain*, Progress Publishers, 1953. Título original: "Forced emigration". Originalmente publicado no *New York Daily Tribune*, em de 22 de março de 1853 e republicado no *People's Paper*, em 16 de abril de 1853. Tradução de Muniz Ferreira.

O Escritório observa que,

De cada dez emigrantes embarcados no porto de Liverpool, nove declararam ser irlandeses. Cerca de três quartos dos que partiram das terras altas da Escócia são celtas, tanto quanto os irlandeses que saíram por Glasgow.

Aproximadamente quatro quintos da emigração total, de acordo com os dados divulgados, devem ser considerados como pertencentes à população celta da Irlanda e das Terras Altas (*Highlands*) da Escócia. Sobre esta população, o *Economist* de Londres diz o seguinte: “São o resultado do colapso do sistema social baseado na pequena propriedade e no cultivo da batata”. E acrescenta:

A evasão de parte considerável da população da Irlanda e das terras Altas da Escócia é uma preliminar indispensável para todo tipo de melhoramento. As receitas da Irlanda não foram afetadas de maneira alguma pela fome dos anos 1846, 1847, ou pela emigração que vem ocorrendo desde então. Pelo contrário, sua receita líquida alcançou 4.281.99 de libras em 1851, 184 mil libras maior que em 1843.

Comece com a pauperização dos habitantes de um país e quando for impossível arrancar mais lucro deles, quando tiverem se transformado em um fardo para a receita, mande-os para fora do país e recalcule seu rendimento líquido. Esta é a doutrina elaborada por Ricardo em seu elogiado trabalho, *Princípios da economia política*. Se o lucro anual de um capitalista chega a 2 mil libras, que diferença faz para ele se emprega 100 homens ou mil? “Não acontece da mesma forma”, diz Ricardo, “com a renda real de uma nação?”. Se o crescimento líquido real de uma nação, sua renda e seus lucros permanecem os mesmos, não importa se deriva de 10 ou 12 milhões de pessoas. Sismondi, em seu *Nouveaux principes d'économie politique*, responde que, de acordo com esta compreensão do problema, para a nação inglesa pouco significaria se toda a população desaparecesse, ficando o Rei (naquela época havia um Rei, e não uma rainha) solitário no meio da ilha, desde que as máquinas automáticas, sozinhas, lhe possibilitassem amealhar a receita líquida atualmente produzida por uma população de 20 milhões de pessoas. De fato, neste caso, aquela entidade gramatical chamada “riqueza nacional” não conheceria qualquer diminuição.

Porém, não apenas as populações depauperadas da *Green Erin* (Irlanda) e das Terras Altas da Escócia foram varridas pelos melhoramentos da agricultura e pelo colapso do sistema antiquado de organização social. Não foram apenas os bem-dispostos trabalhadores agrícolas da Inglaterra, País de Gales e da baixa Escócia que tiveram suas passagens pagas pelos Comissários de Emigração. A roda dos “melhoramentos” está se apoderando agora de outra classe, a classe mais estacionária da Inglaterra. Um novo e surpreendente movimento emigratório irrompeu entre os menores agricultores ingleses, especialmente entre aqueles que

possuem solos pesadamente argilosos, os quais, diante de expectativas pessimistas em relação à próxima colheita e sem capital suficiente para promover melhoramentos em suas posses que lhes possibilitassem arcar com os antigos arrendamentos (aluguéis), não encontram alternativa senão cruzar o mar em busca de um novo país e novas terras. Não estou me referindo à emigração provocada pela febre do ouro, mas à emigração compulsória provocada pelo latifúndio, concentração fundiária, utilização de máquinas agrícolas e introdução do moderno sistema de agricultura em larga escala.

Nas Grécia e na Roma antigas, a emigração compulsória, realizada para estabelecimento periódico de colônias, mantinha uma ligação regular com a estrutura da sociedade. A totalidade do sistema destes Estados fundava-se, até certo ponto, em um contingente populacional que não poderia ser ultrapassado sem ameaçar as próprias condições de existência daquelas sociedades. Por que as coisas eram assim? Porque a aplicação da ciência à produção material era algo completamente desconhecido para eles. Para permanecerem civilizados, eram obrigados a serem pouco numerosos. De outro modo, teriam de submeter-se ao trabalho pesado, o qual transformava o cidadão livre em escravo. A carência de forças produtivas tornava a cidadania, em certa medida, dependente de uma quantificação que não poderia ser alterada. O único remédio era a emigração forçada.

A mesma pressão da população sobre a capacidade produtiva conduziu os bárbaros procedentes das altas planícies da Ásia a invadir o Velho Mundo. As mesmas causas atuavam ali, embora de forma diferente. Para se manterem bárbaros, necessitavam permanecer poucos. Eram tribos de pastores, caçadores e guerreiros, cuja modalidade de produção exigia grandes espaços para cada indivíduo, como acontece atualmente com as tribos indígenas da América do Norte. Ao se multiplicarem, cada um contribui para a diminuição do espaço de produção do outro. Deste modo, o excedente de população obrigou-lhes a empreender grandes aventuras migratórias, que foram as bases da formação dos povos da antiga e da moderna Europa.

No entanto, com a moderna emigração compulsória acontece exatamente o contrário. Neste caso, não é a carência de força produtiva que cria uma população excedente, é o incremento da capacidade produtiva que exige uma diminuição da população, conduzindo esta população excedente à fome e à emigração. Não é a população que exerce pressão sobre a capacidade produtiva; é a capacidade produtiva que pressiona a população.

Não compartilho das opiniões de Ricardo, que considera a “Receita Líquida” como o *Moloch*, ao qual populações inteiras devem ser sacrificadas sem nem mesmo reclamar, nem da opinião de Sismondi, cuja filantropia hipocondríaca retém à força os métodos antiquados da agricultura e proscree a ciência da indústria da mesma maneira que Platão expulsou os poetas de sua República. A sociedade está passando por uma revolução à qual deve se submeter e que leva em conta as existências humanas que subverte tanto quanto um terremoto lamenta as casas

que destrói. As classes e raças fracas demais para assimilar as novas condições de existência deverão ceder seus lugares. Pode, porém, existir algo mais pueril, mais míope, do que a visão destes economistas sinceramente crentes, para quem este lastimável estado de coisas não significa mais que a adaptação da sociedade às propensões aquisitivas dos capitalistas, tanto dos senhores da terra quanto dos senhores do dinheiro? É na Grã-Bretanha que este processo se desenvolve de maneira mais transparente. A aplicação da ciência moderna à produção livra a terra de seus habitantes, enquanto concentra as pessoas nas cidades industriais. Diz *The Economist*

Nenhum trabalhador industrial foi auxiliado pelos Comissários de Emigração, a não ser um pequeno número de tecelões de teares manuais de Spitalfield¹ e Paisley² e poucos, ou nenhum emigrou às suas próprias expensas.

The Economist sabe muito bem que eles não poderiam emigrar à sua própria custa e que a classe média industrial não os ajudaria a emigrar. Aonde isto nos leva? A população rural, elemento mais estagnado e conservador da sociedade moderna, desaparece, enquanto o proletariado industrial, pelo próprio funcionamento da produção moderna, reúne-se em centros poderosos, ao redor das grandes forças produtivas, cuja história de criação tem sido, até aqui, o martirólogo dos trabalhadores. Quem poderá impedi-los de darem um passo à frente e se apropriarem destas forças pelas quais foram apropriados anteriormente? Onde estará o poder que conseguirá resistir a eles? Em lugar algum! Então [quando isto acontecer³] não vai adiantar apelar para os “direitos de propriedade”. As modernas transformações no processo da produção, segundo os próprios economistas burgueses, romperam com o antigo sistema social e seus modos de apropriação. Elas *expropriaram* o clã escocês, o arrendatário (*cottier and tenant*) irlandês, o camponês independente inglês, incontáveis artesãos, toda uma geração de crianças e mulheres empregadas nas fábricas. Elas também expropriarão, no devido tempo, o senhor da terra e o senhor do algodão.

1 Localidade da cidade de Londres, UK. (N. T.)

2 Cidade escocesa situada no condado de Renfrewshire. (N. T.)

3 Inserção do tradutor.